

Paulo Lira culpa a dívida pública pelo desequilíbrio

Altair Thury

Não será cortando despesas de custeio ou diminuindo os investimentos públicos que o governo conseguirá reduzir o déficit. A origem do desequilíbrio entre receita e despesa nas contas do governo está no fabuloso aumento do custo das dívidas interna e externa, e sua solução passa por medidas de caráter também financeiro. Essa é a conclusão a que chegou o ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira, depois de examinar cuidadosamente, durante quase 15 dias, os números das Contas Nacionais nos últimos 16 anos.

Trabalhando sobre os números agregados das Contas Nacionais, produzidos pela Fundação Getúlio Vargas, Paulo Lira chegou a algumas surpreendentes conclusões. E a mais importante delas é a de que a natureza do déficit público brasileiro é financeira e está intimamente relacionada à questão do endividamento externo. Pelas contas do ex-presidente do BC, o serviço financeiro com as dívidas interna e externa passou de 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1970, para 12% em 1985. Essa explosão ocorreu principalmente em função do aumento das despesas com o pagamento dos juros da dívida mobiliária interna. O custo da dívida interna saltou de 1,3% do PIB em 70, para 10,9% em 85.

Para Paulo Lira, toda a discussão sobre a questão do déficit público está mal encaminhada tanto pelo governo quanto pelos economistas que se preocupam em estudar o assunto. "A questão do déficit público no Brasil é tratada de forma *orwelliana*", observa. "O que é considerado carga tributária bruta na verdade é líquida, e o que é visto como privado, para efeito das transferências do governo, é público", diz ele. No estudo que fez, Paulo Lira está convencido de que o que é considerado carga tributária bruta, já é líquida de todos os incentivos de imposto de renda setorial e regional e de impostos indiretos mantidos pelo governo. A questão, portanto, não é aumentar a carga bruta que em 85 representava 22,2% do PIB. O importante para Paulo Lira é acabar com os incentivos.

Outra constatação do ex-presidente do Banco Central é de as chamadas transferências do governo para o setor privado, que constam das Contas Nacionais, na verdade são repasses em sua quase totalidade para as empresas estatais. É isso que explica, na opinião de Paulo Lira, que essas transferências tenham saltado de 3,3% do PIB, em 1970, para 11,9%, em 85. Existem duas explicações para este

desempenho, de acordo com ele. Durante esses anos, os governos tentaram segurar a inflação através da manutenção das tarifas e, com isso, eram obrigados a transferir volumes crescentes de recursos para evitar a quebra dessas empresas. Depois, porque, com o fim das fontes externas de financiamento, o governo se viu obrigado a repassar grandes somas para as estatais pagarem os juros da dívida.

O próprio pagamento pelo governo dos juros da dívida interna está vinculado à questão do endividamento externo, segundo Paulo Lira. O governo, durante os últimos anos, assentou sua estratégia de endividamento interno de maneira a garantir recursos para comprar os superávits comerciais que se acumularam sob a forma de reservas. Mas isso, é claro, não explica totalmente o enorme volume de títulos da dívida pública acumulados no mercado. A orientação de não emitir moeda para evitar pressões na inflação levou o governo, principalmente na fase de administração do ex-ministro Delfim Neto, a emitir "moeda com correção monetária" — os títulos da dívida pública. Com isso, a variação anual do estoque de títulos da dívida do mercado passou de 3% do PIB, em 1978, para 14,6%, em 85.

Essa espetacular evolução do estoque de títulos fora do Banco Central foi muito além das necessidades do governo de financiar seus investimentos. Nas contas de Paulo Lira, mesmo em 1985, ano em que a diferença entre os recursos disponíveis (poupança em conta corrente) e as necessidades de investimento foram maiores, a emissão de títulos pelo Banco Central foi muito além do aceitável. Naquele ano, quando a taxa de investimento do governo foi de 2,3% do PIB, para uma despoupança de $\pm 7,9\%$ — caracterizando um déficit de 10,2% — o BC aumentou o estoque da dívida em 14,6% do PIB.

É no aumento do serviço financeiro da dívida pública, portanto, que reside todo o problema do déficit público brasileiro, de acordo com o diagnóstico do ex-presidente do Banco Central.

A solução para conter o déficit em níveis suportáveis, na opinião de Paulo Lira, não passa, todavia, pela moratória interna. "Isso seria contrariar os objetivos de desenvolver o mercado financeiro a longo prazo", contesta o ex-presidente do Banco Central. A melhor saída, para ele, seria o desengajamento do país do sistema financeiro internacional de forma temporária e parcial. Essa proposta, defendida por Lira há algum tempo, possibilitaria uma economia de 9 bilhões de dólares em três anos.